

O INDIVÍDUO PRIVADO E A DESCARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

THE PRIVATE INDIVIDUAL AND THE DE-CHARACTERIZATION OF PUBLIC SPACE: CHALLENGES FOR CONTEMPORARY EDUCATION

Claudir Miguel Zuchi

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: claudir.zuchi@restinga.ifrs.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2523-3869>

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v1i3.27>

Recebido em: 17.09.2020

Aceito em: 03.11.2020

Resumo: A pesquisa tematiza a análise sociológica desenvolvida por Richard Sennett no contexto da sociedade contemporânea, buscando desdobrar perspectivas para pensar a educação. Objetiva refletir sobre a emergência da noção de indivíduo e de intimismo no mundo moderno e a crescente descaracterização do espaço público como um desafio potencial para a educação. O desenvolvimento deste esforço delimita o problema da noção de público em uma perspectiva temporal que circunscreve os séculos XIX e XX à luz dos escritos de Sennett, bem como, a partir do diálogo com outros pensadores que enriquecem a tematização. O movimento histórico dos séculos XIX e XX promove instabilidade nos meios públicos da sociedade contemporânea, o que dilui a noção de relações públicas e de responsabilidade pelo mundo coletivo, descaracterizando o valor e sentido público da educação. Em face às mudanças nestes séculos, busca-se nas obras de Sennett um entendimento acerca das transformações implicadas na passagem do capitalismo clássico para o capitalismo tardio. Tal percurso teórico possibilita compreender os elementos que tencionam e desafiam a cultura, o ensino público e as políticas educacionais neste cenário. A educação enquanto atividade voltada ao bem comum, relacionada com a esfera pública, é diretamente atingida pelas mudanças produzidas pelo capitalismo.

Palavras-chave: Indivíduo privado. Espaço Público. Educação. Richard Sennett.

Abstract: The research focuses on the sociological analysis developed by Richard Sennett in the context of contemporary society, seeking to unfold perspectives for thinking about education. It aims to reflect on the emergence of the notion of individual and intimacy in the modern world and the growing lack of characterization of public space as a potential challenge for education. The development of this effort delimits the problem of the notion of the public in a temporal perspective that circumscribes the 19th and 20th centuries in the light of Sennett's writings, as well as, from the dialogue with other thinkers that enrich the thematization. The historical movement of the 19th and 20th centuries promotes instability in contemporary society's public media, which dilutes the notion of public relations and responsibility for the collective world, de-characterizing the value and public sense of education. In the face of changes in these centuries, Sennett's works seek an understanding of the transformations involved in the transition from classical capitalism to late capitalism. This theoretical path makes it possible to understand the elements that intend and challenge culture, public education and educational policies in this scenario. Education as an activity aimed at the common good, related to the public sphere, is directly affected by the changes produced by capitalism.

Keywords: Private individual. Public place. Education. Richard Sennett.



1 Introdução

O presente estudo objetiva elucidar aspectos da análise histórica e sociológica que Richard Sennett faz da sociedade moderna e contemporânea. O autor critica e acusa certa tendência intimista que se tornou constitutiva da mesma, uma vez que ela se volta, fundamentalmente, para a valorização da vida privada e da personalidade do indivíduo descaracterizando o valor e o significado do espaço público, do mundo comum, como lugar do contato “autêntico” e da realização do cidadão. Esta é uma problemática que desafia a formação educacional dos indivíduos na escola, uma vez que a vida pública se tornou no mundo moderno um lugar meramente “formal” das pessoas. Neste sentido, a educação pública contemporânea enquanto tarefa do Estado, da escola e dos professores, é desafiada a realizar um trabalho educacional para além da formação de um “eu privado”, indo no sentido “eu público”.

A pesquisa assume uma configuração metodológica bibliográfica, de cunho qualitativo e interpretativo e baseia-se, principalmente, em três obras de Sennett: *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (2001), *A cultura do novo capitalismo* (2006) e; *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (2010). Também são utilizados como fontes de pesquisa alguns autores que interpretam as obras de Sennett e/ou pensadores que escrevem sobre a temática.

A busca investigativa e reflexiva à qual nos propomos neste texto ampara-se em conceitos apreendidos dos escritos sennettianos, nos quais encontramos elementos pertinentes para pensar o contexto contemporâneo. Estes abrem novas possibilidades de compreensão acerca dos desafios implicados na educação das novas gerações. O interesse que movimenta este estudo, pergunta-se para compreender, a partir de Richard Sennett: a) como a cultura emergente no capitalismo moderno solapa relações vinculadas com os interesses comuns dos povos, culturas e nações favorecendo a despolitização do espaço público? b) qual o lugar da escola, da educação pública, no enfrentamento do esvaziamento ou mesmo da privatização da esfera pública? A problematização nos permite orientar a trajetória de desenvolvimento da pesquisa em torno de quatro pontos: a despolitização do espaço público no mundo moderno; o indivíduo privado e a descaracterização do espaço público; o público e o privado: interferência na educação escolar, e; a cultura do capitalismo moderno: desafios para a educação.

2 A despolitização do espaço público no mundo moderno

O primeiro aspecto desta pesquisa aponta a compreensão sennettiana de indivíduo na sociedade moderna e suas implicações de sentido no âmbito do campo político. Na medida em que a sociedade transforma a política na vida moderna como uma mera obrigação formal, não são todos os que participam no mundo plural e na busca de perspectivas que são comuns para todas as pessoas. Em meio a essa prática, o foco passa a voltar-se para o indivíduo em suas relações privadas, o que relativiza o sentido do espaço público, despolitizando-o. Esta problemática evidencia a difícil tarefa que se colocara para a escola na sociedade moderna, no sentido de tornar-se uma instituição que deveria permitir a passagem do domínio privado do lar para o mundo, ou mesmo, que deveria permitir certa transição da família para o mundo (ARENDT, 2013).

Sob este aspecto a análise de Richard Sennett acerca do mundo moderno corrobora o

entendimento de Hannah Arendt acerca da crise da tradição do pensamento político e do lugar do espaço público. De outra parte, os escritos desta pensadora, sobre a educação, a liberdade e a política, evidenciam o quanto a educação sofre da mesma crise que atravessa o mundo moderno. Na compreensão de Arendt, o espaço público está relacionado com a política, lugar comum nos quais os indivíduos podem ser vistos e ouvidos em seus discursos e atos, constituindo-os em sua liberdade singular no âmbito da ação, da pluralidade e da experiência coletiva. A experiência da tradição, no sentido da *polis* grega e da fundação dos romanos, assegurava tal experiência para as gerações. No âmbito do mundo moderno, com a emergência e a centralidade da economia e do indivíduo, esta tradição política grega e romana entra em crise. Almeida (2011, p. 42) interpreta que “a tradição oferecia uma forma de olhar para o passado, isto é, ela não apenas relatava um conjunto de acontecimentos passados, mas também os interpretava e avaliava com base em determinados princípios”.

Para Arendt (2013, p. 130), “com a perda da tradição, perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado”. Essa perda constitui um grande perigo na existência humana. É uma crítica que Arendt (2013) faz da era moderna. Esta crise da tradição se traduz em uma crise que reverbera na educação no mundo moderno. Ela significa uma perda do bom-senso, no sentido do declínio da autoridade do professor e da ideia de que existe um mundo da criança, que independe do adulto para se constituir, ou mesmo de que irá aprender fazendo e brincando, sem a interface do trabalho e do conhecimento. Os escritos de Arendt sobre a educação ajudam a entender o pano de fundo no qual Richard Sennett se movimenta ao tentar entender o declínio do homem público.

Para Arendt (2013), a educação está entre as atividades humanas mais importantes para a sociedade. Em parte isso tem um significado ambivalente, uma vez que a educação lida sempre com os recém chegados no mundo: as crianças, as quais precisam ser protegidas, no âmbito da família, do mundo público, como também o próprio mundo precisa ser protegido das crianças. Esta segunda dimensão, que envolve a esfera pública, ou o mundo, a proteção do mundo, parece ter ficado secundarizada na sociedade moderna. Neste ponto, a retomada dos escritos de Arendt sobre a educação, nos ajuda a entender sua interface com a crise da esfera pública no mundo moderno e nos evidencia um sentido ampliado para nos preocuparmos com a questão que Sennett se ocupa em relação às tiranias da intimidade. Escreve Arendt (2002, p.237-240):

O motivo desse estranho estado de coisas nada tem a ver, diretamente, com a educação; deve antes ser procurado nos juízos e preconceitos acerca da natureza da vida privada e do mundo público e sua relação mútua, característicos da sociedade moderna desde o início dos tempos modernos e que os educadores, ao começarem relativamente tarde a modernizar a educação, aceitaram como postulados evidentes por si mesmo, sem consciência das conseqüências que deveriam acarretar para a vida da criança. [...] Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação. Na educação, essa responsabilidade assume a forma de autoridade. [...] Evidentemente, há uma conexão entre a perda de autoridade na vida pública e política e nos âmbitos privados e pré-políticos da família e da escola. Quanto mais radical se torna a desconfiança face à autoridade na esfera pública, mais aumenta, naturalmente, a probabilidade de que esfera privada não permaneça incólume.

Richard Sennett, assim como Arendt, tem no horizonte esta crise da tradição, não apenas

no sentido de declínio de autoridade em face da relação entre adultos e crianças, como também na emergência do capitalismo e a relação entre o público e o privado. Este autor articula a crise da esfera pública com a emergência da cultura burguesa no mundo moderno, nos mostrando um significado profundo acerca da erosão dos valores públicos e sua repercussão na vida dos indivíduos e dos corpos no cenário da Revolução Industrial (XVIII).

Sennett procura sinalizar alguns aspectos que caracterizam as mudanças que despolitizam o domínio público em prol do indivíduo no mundo privado. Em seus escritos, analisa em termos históricos e sociológicos a era moderna (ou mesmo a cultura do capitalismo moderno). São elementos que possibilitam compreender mudanças de domínio público e privado. Tal análise nos remete às transformações sociais relacionadas às características constitutivas do capitalismo industrial. O autor sublinha as mudanças no interior da sociedade quanto ao sentido da relação entre o público e o privado. Compreende que há um declínio da esfera pública no mundo moderno em função da ascensão de uma perspectiva intimista e privada de liberdade, a qual se associa largamente com a emergência da família burguesa no século XIX. A respeito desta nova centralidade, Sennett (2001, p. 222) afirma: “concerne a uma transformação numa instituição de meados do século XIX visto como antítese da vida pública e de seus dissabores: a estável família burguesa”.

Na análise sennettiana são anunciados elementos do sociólogo P.I. Sorokin, em relação às transformações ligadas à esfera familiar. No entender de Sorokin “o crescimento urbano causava transformações na forma da família, fazendo-a passar de família extensiva à família nuclear” (SENNETT, 2001, p. 222). Nessa perspectiva, Sennett apresenta a concepção de Talcott Parsons, discípulo de Sorokin, o qual tem uma visão positiva em prol da família nuclear: “A família nuclear era uma resposta positiva para uma sociedade nova, simbolizada pela cidade grande, estruturada pela burocracia impessoal, pela mobilidade social e pela grande divisão do trabalho” (SENNETT, 2001, p. 222). Na visão de Parsons, a partir da constituição da família nuclear, “a pessoa terá apenas que pensar em si mesma, com suas vantagens e desvantagens pessoais. Desse modo, Parsons reunia o individualismo, a família nuclear e a nova sociedade industrial” (SENNETT, 2001, p. 222). Assim a família nuclear burguesa passa a constituir-se como instrumento de mudanças em relação ao mundo público, político e de trabalho.

Tais mudanças relativizam a valorização do mundo público e investem na despolitização das pessoas, via meio cultural, reduzindo as oportunidades dos indivíduos de participarem nas decisões públicas. Essa prática influencia a consciência individual das pessoas, as suas relações políticas e sociais. Fortalecem as relações com o mercado privado e escamoteiam a importância das relações sociais e do espaço público na participação das decisões coletivas. Assim, ao mesmo tempo em que o mundo moderno passa a valorizar certa imagem do eu individual passa-se a cultivar uma passividade pública. Sennett (2001, p.17), caracteriza do seguinte o modo a sociedade moderna: “Como essa imaginação psicológica da vida tem consequências sociais amplas, quero chamá-la por um nome que pode parecer inadequado à primeira vista: esta imaginação é uma visão íntima da sociedade”.

Na compreensão de Sennett, o predomínio do privado em detrimento do público torna favorável a prática capitalista na qual as relações sociais não operam mais no sentido de responsabilidade e sentido pelo espaço público, mas, fundamentalmente em torno das práticas comerciais que envolvem o sistema de trocas de mercadorias na “dinâmica” utilitarista e de

acúmulo de capital. Nesta nova forma de vida social, há uma introjeção do privado, uma transposição do privado para o público com profundo aspecto de egoísmo e de individualismo que satisfaz enquanto beneficia os interesses pessoais. Nesse entendimento, ocorre a perda do sentido público da ação, portanto, de atitudes políticas de domínio público. É o declínio de uma cultura, de uma tradição política que constituiu o pensamento e a vida dos gregos e romanos na antiguidade, a qual se amparava no valor do espaço público. A emergência do valor da identidade do indivíduo, de seu eu privado, para Sennett, não significa uma conquista do ponto de vista político, em termos deste “eu” participar de decisões públicas através da participação, ou mesmo de dialogar com outros “eus” no espaço do mundo comum.

A decadência do espaço público é também decorrência de um modelo de prática política. O esvaziamento do domínio público do mundo comum passa a ser “substituído” pela subjetividade privada no bojo da realidade da família. Conforme compreende Arendt,

A subjetividade da privacidade pode prolongar-se e multiplicar-se na família e até tornar-se tão forte que o seu peso se faça sentir no domínio público; mas esse mundo familiar jamais pode substituir a realidade resultante da soma total de aspectos apresentados por um objeto a uma multidão de espectadores. Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, em uma variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem identidade na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo aparecer real e fidedignamente (ARENDRT, 2014, p. 70-71).

A postura de dimensionar o privado via subjetividade familiar, de certa forma, descredencia a prática da ação no mundo comum, nas relações plurais entre os homens, na convivência dialógica e na tomada de decisões de interesse comum. Para Arendt (2013) é no espaço comum que acontecem deliberações, as escolhas humanas. Escolhas que não são na ordem de posse, mas de encontro, da vivência, do ético, da liberdade de dialogar e opinar. Essa crise de autenticidade da política no sentido tradicional (grego), que envolve a participação do indivíduo na arena pública, acaba por favorecer o eu privado e descaracterizar o espaço de diálogo e de convivência no domínio público.

Tal contexto caracterizado pelo capitalismo moderno desafia a educação, uma vez que ela poderia ser o espaço de constituição de um eu implicado com a vida pública e democrática. A educação, enquanto espaço pedagógico de formação e de diálogo, deveria despertar o aluno para aprender. Aprender que poderia auxiliar de maneira intrínseca na constituição do sujeito público. Para Carvalho (2017, p. 127),

O significado de uma experiência formativa, ou seu sentido existencial e político, não equivale a qualquer eventual finalidade instrumental. Ao contrário, sua compreensão desvela, antes, uma dignidade intrínseca à própria experiência, cuja razão de ser é a constituição de um sujeito e não a produção de um indivíduo em conformidade com demandas de cunho econômico ou social preestabelecidas.

É uma experiência que desafia tanto a escola como os educadores, cuja tarefa é fomentar a aprendizagem, o conhecimento do indivíduo como pessoa e como “alguém” que convive e tem responsabilidade com os outros no espaço público. Isto significa desenvolver e abrir horizontes para a construção do conhecimento e da identidade do sujeito no contexto do capitalismo contemporâneo para além da esfera do mercado, para além do eu privado. Em outras palavras, significa desenvolver a formação enquanto tarefa na prática educativa não somente do “eu privado”, como também do “eu público”. Que perspectivas para a escola pública, para os

educadores e educandos a teoria sennettiana potencializa? O que significa esta emergência do eu privado ou do culto do indivíduo no âmbito da vida social moderna?

3 O eu privado e a descaracterização do espaço público

Um segundo ponto significativo nesse estudo é apresentar, via compreensão sennettiana, o que constitui o eu privado e a descaracterização do espaço público na era moderna. Entender o contexto da sociedade, seus mecanismos de funcionamento pode ajudar a entender a crise da noção de “espaço público”. A partir do conhecimento de tal realidade talvez se seja possível pensar algumas estratégias importantes para compreender os desafios que emergem do contexto social moderno com seus ecos na educação. Um dos desafios é refletir e desenvolver o processo de formação educacional dos alunos na escola com vistas à outra perspectiva formativa. Sennett nos apresenta um diagnóstico desta realidade moderna, na qual critica e acusa a tendência de se voltar para a vida privada e descaracterizar o espaço público como lugar do encontro, do diálogo e da convivência coletiva das pessoas. Tal característica interfere na educação dos indivíduos. O mundo moderno apresenta o espaço público como algo importante, porém do ponto de vista social não há o devido reconhecimento, nem a sua constituição real. Assim prevalece o eu privado. O que ocorre é a compreensão da vida pública como lugar “formal” das pessoas no sentido de que somente é válido aquilo que está estabelecido pela sociedade, não tendo mais a originalidade de suas raízes ocidentais¹.

Na questão das raízes ocidentais, Chauí (2004, p.26) tematiza a compreensão clássica da *polis* grega ao afirmar que:

A invenção da política, que introduz três aspectos novos e decisivos para o nascimento da filosofia: 1. A ideia da lei como expressão da vontade de uma coletividade humana que decide por si mesma o que é melhor para si e como ela definirá suas reuniões internas [...]; 2. O surgimento de um espaço público, que faz aparecer um novo tipo de palavra ou de discurso, diferente daquele que era proferido pelo mito [...]. Agora, com a *polis*, isto é, a cidade política, surge a palavra como direito de cada cidadão de emitir em público sua opinião, discuti-la com os outros, persuadi-los a tomar uma decisão proposta por ele, de tal modo que surge o discurso político como a palavra humana compartilhada, como diálogo, discussão e deliberação humana, isto é, como decisão racional e exposição dos motivos ou razões para fazer ou não fazer alguma coisa; 3. Uma política que estimula o pensamento e o discurso daqueles que “procuram ser públicos, ensinados, transmitidos, comunicados e discutidos” (CHAUÍ, 2004, p. 26).

Quando Chauí se refere ao espaço público da *polis* grega busca significar e afirmar o valor da participação do cidadão no âmbito da política. Isso significa compreendê-lo enquanto sujeito que pensa, reflete e age com os outros. No entanto, com a relativização de tal prática no espaço público, como nos mostra Sennett ao analisar o mundo moderno, as relações se reduzem aos “iguais” no espaço social. Os estranhos e as diferenças se tornam ameaças. A pluralidade na vivência na cidade não é mais vista como intercâmbio significativo de ideias, de perspectivas. É uma presença mais corporal do que com a alma. Uma presença mais ligada à sexualidade do que ao erotismo ou mesmo ao nascimento e cultivo do narcisismo do que ao amor pessoal. “Como

1 No sentido clássico da cultura filosófica grega: a questão da ética, da virtude, da formação, estava a serviço da *polis*, do espaço público, entendido como lugar de participação política.

resultado, originou-se uma confusão entre vida pública e vida íntima: as pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal” (SENNETT, 2001, p.18). O espírito de participação, neste contexto, é substituído pelos interesses pessoais. “Na esfera da sexualidade, o narcisismo afasta o amor físico de qualquer compromisso, pessoal ou social” (ibidem). Materializa-se o egoísmo individual, privado. É uma visão narcisista do corpo, que enaltece o culto do corpo e do indivíduo. Com essa prática, no entendimento de Sennett, ocorre o “empobrecimento da atividade criadora de símbolos a partir de uma coisa física”(SENNETT, 2001, p. 22).

O fato de o mundo moderno voltar-se mais para o culto do indivíduo, do caráter privado da vida do que da vida social e coletiva, produz implicações políticas no espaço público, enquanto lugar por excelência de exercer a atividade política. A democracia dos antigos privilegiava a participação, a democracia dos modernos privilegia a representação. O custo e o significado desta passagem de concepção de liberdade nem sempre é bem compreendida, tampouco de regime político. No mundo moderno, seguindo a análise que Sennett realiza desta forma de sociabilidade, parece emergir um culto do privado, da personalidade do indivíduo, como se fosse a própria questão da esfera pública. Um candidato ao cargo político, muitas vezes, é eleito pelas pessoas muito mais por aquilo que ele é em termos pessoais e privados do que pela sua proposta de governo. A vida pessoal, privada, passa a predominar para resolver questões públicas. Os sentimentos pessoais, íntimos, passam a ser prioridade, e assim, ocorre desgaste significativo da vida pública. Segundo Padilha,

O domínio público e, por conseguinte, o espaço público, está perdendo seu caráter de promotor de intercâmbio de pessoas e de atividade diversas. Ele está também vazio de sentido, seja pela visão íntima dos indivíduos, seja pela própria configuração traçada pelos arquitetos (PADILHA, 2011, p. 09).

Sennett exemplifica a questão da relação entre arquitetura e vida pública com os prédios das cidades de Nova Iorque, Paris e Londres que, preponderantemente combinam visibilidade e isolamento social. Os espaços vazios servem apenas como lugar de passagem, de movimento, descaracterizando de certa forma o espaço público². A supressão do espaço público se torna mais perversa ainda quando é materializada nos espaços de movimento, de passagem em lugares geográficos, nos prédios da cidade, conforme analisa Sennett: “No centro da Défense, tal como ocorre na Lever House e no Brunswick Centre, o espaço destina-se à passagem, não à permanência. [...] Traduzindo, isto significa que o espaço público se tornou uma derivação do movimento” (SENNETT, 2001, p. 28).

Tal característica do espaço público que Sennett critica é responsável pela morte do mesmo e pela perda de sentido. A nova característica urbana do mundo moderno substitui o lugar de convivência social pelo movimento, pelo isolamento, pelo individualismo. Para Padilha, esta é “uma sociedade que vive um ritmo cada dia mais acelerado, com cidades cada vez maiores e mais densas, e com as pessoas com visões mais íntimas que sociais [...]” (PADILHA, 2011, p. 9). Sennett sublinha que há “um sentido um tanto mais brutal de isolamento social em locais públicos, um isolamento produzido diretamente pela nossa visibilidade para os outros” (SENNETT, 2001, p. 29). O cenário que tal mudança estrutural da cidade colabora também é

2 A centralidade passa a pender no monetário, no individual e no familiar, descaracterizando as expectativas do que seria de domínio público. Uma multidão de espectadores fica à margem da prática do diálogo, da expressão e da ação política na pluralidade do espaço do mundo público.

no sentido de que com ela “aumentou a preocupação com as questões relativas ao eu, enquanto a participação com estranhos para finalidades sociais diminuiu” (SENNETT, 2001, p.24-25). Isto significa, para o autor, que o problema do declínio do homem público não pode ser interpretado como um problema psicológico, mas antes como uma questão sociológica. Trata-se antes de entender, portanto, como uma mudança social condicionou tal condição de vida e de agência social.

É claro que o posicionamento de Sennett se refere às grandes cidades citadas, isto não significa que em todas as cidades grandes do mundo não tenham lugares de encontros, de convivência e de relações sociais em lugares públicos. A análise crítica que Sennett faz sublinha a predominância da vida íntima, da vida privada cuja característica da sociedade moderna subtrai a compreensão de liberdade como responsabilidade social, de compromisso com o social, com a vida coletiva. Uma preocupação mais de ordem psicológica, relativa ao eu do que com participação pública. Em sua obra, *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (2001), Sennett afirma:

Aumentam o contato íntimo e diminuirão a sociabilidade. [...] O espaço público morto é uma das razões, e a mais concreta delas, pelas quais as pessoas procurarão um terreno íntimo que em território alheio lhes é negado. O isolamento em meio à visibilidade pública e a exagerada ênfase nas transações psicológicas se complementam (SENNETT, 2001, p. 29).

A afirmação sennettiana espelha o tipo de relações e a adesão que acontece na “vida pública” a qual é uma prática que funciona via “isolamento silencioso” (SENNETT, 2001, p. 29), por meio das pessoas que estão em contato com o indivíduo. A visibilidade com os outros na vida pública é uma e no contato pessoal é outra. Criam-se máscaras da vida pessoal privada esvaziando assim o sentido de compromisso com o outro nas relações sociais. Para Sennett, este problema da intimidade e do culto da personalidade e do eu se manteve incubado e se tornou manifesto ao longo do século XX. Segundo ele, foi a “geração nascida após a segunda guerra mundial que se voltou para dentro de si ao se libertar das repressões sexuais. É nessa mesma geração que se operou a maior parte da destruição física do domínio público” (SENNETT, 2001, p. 30). Na compreensão do autor, esses são “sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e uma vida pública esvaziada que ficou, por muito tempo, incubada. São resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma “nova cultura” urbana, secular e capitalista” (SENNETT, 2001, p. 30). Assim se materializa o individualismo, o eu privado em detrimento do público. A compreensão conceitual de público, da era moderna, não se constitui, portanto, na realidade, nem é reconhecido do ponto de vista social.

4 O público e o privado: interferência na educação escolar

A compreensão de mundo das pessoas passa pelo viés do público e/ou do privado. A intencionalidade deste terceiro momento da pesquisa é conceituar os termos: público e privado, o que os constitui e a possível interferência educacional na medida em que há a predominância de um sobre o outro. No entendimento de privado ou de público, cimenta-se a visão de indivíduo e de sociedade.

O privado, ao ganhar espaço no domínio público, o foco das instituições (talvez a maioria delas), entre elas a escola, passa a priorizar políticas de formação que conduzem para o funcional,

para a produção do conhecimento com teor ligado à questão econômica, do mercado. Nesse sentido a realidade analisada e descrita por Sennett parece ser elucidada ao analisar os conceitos de “público e privado”, pois aparecem aspectos dessa mudança que orienta e interfere na política educacional escolar contemporânea. Conforme Sennett,

Na época em que a palavra “público” já havia adquirido seu significado moderno, portanto, ela significava não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também o domínio público dos conhecidos e dos estranhos incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas (SENNETT, 2001, p. 31).

Na interpretação de Padilha, os conceitos de público e privado recebem significados diferentes e/ou distintos, conforme o período histórico, mais precisamente no Regime Antigo e na Revolução industrial, no período moderno. Padilha (2011) compreende que Sennett ao se referir a palavra “público” a dimensiona, “desde suas origens, ao bem comum, ao corpo político e à visibilidade [...], e o privado estaria ligado a privilégios” (PADILHA, 2011, p. 10); mais próximo da Revolução Industrial, o termo “público” “significava aberto a todos, a região da sociabilidade, enquanto que “privado” era a esfera da família e dos amigos” (PADILHA, 2011, p. 10); no período moderno, “a esfera pública foi se ampliando e nela passou a se integrar uma grande diversidade de pessoas” (PADILHA, 2011, p. 10).

Com o crescimento das cidades no advento da era industrial, surgem espaços que foram organizados ou conquistados pela classe trabalhadora na vida cosmopolita. Esses lugares são pontos de encontros em que as pessoas podem se relacionar e passar o tempo, “conviver”. Lugares construídos para a sociabilidade no período do século XVIII como, por exemplo,

[...] parques urbanos, das primeiras tentativas de se abrir ruas adequadas à finalidade precípua de passeio de pedestres, como uma forma de lazer. Foi a época em que cafés (*coffeehouses*) e mais tarde bares (cafés), e estalagens para paradas de diligências tornaram-se centros sociais; época em que o teatro e a ópera se abriram para um grande público [...] (SENNETT, 1988, p. 32).

A capital era o centro da vida pública, lugares de encontros fora da vida da família e dos amigos íntimos. Nos espaços foram criados costumes, que cunham limites numa determinada compreensão de vida pública e de vida privada e, também em certo sentido uma civilidade³ que permitia a convivência entre estranhos, entre pessoas diferentes. No entender de Padilha isto constitui “uma nova esfera, a do social” (PADILHA, 2011, p. 10). Tanto Arendt, assim como Sennett, apontam “que a existência social do homem” se relacionava com “à esfera pública, e a sua natureza, à esfera privada” (PADILHA, 2011, p. 10). No nosso entender ambos, Arendt e Sennett, concebem o espaço público como esfera do comum. Os dois pensadores, descrevem sobre a erosão do espaço público, o qual atinge a vida de todos no espaço comum. O que Sennett registra de forma diferente de Arendt é a questão que a decadência do mundo público, influencia e/ou provoca desequilíbrio, inclusive nas relações íntimas. Sennett afirma que “a erosão de uma vida pública forte deforma, assim, as relações íntimas que prendem o interesse sincero das pessoas” (SENNETT, 2001, p. 19).

Pensamos que as grandes transformações com as cidades industriais, a partir do século XIX, provocadas pelo capitalismo geraram mudanças econômicas e sociais que atingiram a população

3 Aqui é significativo afirmar que o conceito de civilidade e de cidade em Sennett tem uma raiz etimológica comum. Civilidade e cidade podem criar laços sociais entre pessoas diferentes e estranhas, em locais nos quais possam se encontrar.

de modo geral. Silva (2015, p.13), a partir da interpretação da obra *A cultura do novo capitalismo* (2006), afirma que Sennett “apresenta uma ampla abordagem acerca dos deslocamentos efetuados entre os arranjos do capitalismo industrial e suas formas contemporâneas”. São mudanças institucionais que interferem no comportamento da população que migra para o mundo urbano em busca de melhores condições de vida. O movimento do êxodo rural e o aumento populacional nas cidades “gerou” uma “desordem social”, no sentido da organização e de convivência pública.

Tal característica levou a população a se voltar para a vida privada, mais precisamente para a família. Na concepção de Sennett (1988, p. 224), “a família se torna um agente de estabilidade, servindo como meio para o retraimento em relação à sociedade”. Há, portanto, um isolamento, um retraimento para dentro da família. Assim, “as relações humanas no mundo público se formaram com as mesmas regras que determinaram as relações dentro da família. [...] A família deveria ser um lugar no qual as pessoas poderiam expressar suas personalidades” (SENNETT, 2001, p. 224). Para Habermas, “a subjetividade que se origina da esfera íntima da família *stricto sensu* já tem, no entanto, por assim dizer, o seu próprio público” (HABERMAS, 2003, p. 44). A família parece ser um “abrigo” que “subtrai” o público ou se protege do público.

Também, em meio a essas mudanças, a indústria produzia muitos objetos padronizados. Padilha afirma: “as roupas, por exemplo, faziam com que o domínio público adquirisse certa semelhança material, mas não social. Assim, uma nova cultura urbana foi sendo delineada, e nela o público era visto como algo imoral e o privado, o domínio familiar, do moralmente correto” (PADILHA, 2011, p. 10). Segundo Habermas, “como se sabe, surgindo de mudanças da estrutura familiar que se prenunciam há séculos com o revolucionamento capitalista, esta se consolida como tipo preponderante nas camadas burguesas” (HABERMAS, 2003, p. 60).

A família burguesa passou a ser o lugar de proteger o indivíduo das questões pessoais e de se defender das questões públicas, ignorando a existência da esfera pública. Assim, conforme entende Habermas, a experiência ideológica de “humanidade” da família burguesa “tem seu ponto de partida na humanidade dos relacionamentos íntimos das pessoas enquanto meros seres humanos no abrigo da família” (HABERMAS, 2003, p. 65). Em outras palavras, as pessoas se “abrigavam” na família enquanto instância privada para se protegerem do mundo público e, em detrimento disso, relativizava a importância da esfera pública.

Na medida em que se relativiza a esfera pública, banaliza-se a cultura pública e a sociedade de modo geral passa a priorizar a intimidade, o individual e o privado. Isto significa, na concepção de Sennett, o fim da cultura pública e um “investimento” na “individualidade voltada para o curto prazo, preocupada com as habilidades potenciais e dispostas a abrir mão das coisas passadas [...]” (SENNETT, 2006, p. 14). Já para Habermas a cultura pública não acaba, mas sim se transforma. Por mais que haja o predomínio da era eletrônica, as relações humanas e sociais se renovam e tomam sempre dimensões pública e sociais. Conforme Habermas os fundamentos da esfera pública são ordenados ou reordenados pelo homem em sua época. Para o autor: “[...] A esfera pública continua sendo, sempre ainda, um princípio organizacional de nosso ordenamento político [...]” (2003, p.17).

Sennett, de outra parte, compreende que por mais que haja comunicação e uso de tecnologias que promovam a facilidade do contato, de relações em redes sociais, estas permanecem no domínio da intimidade. A facilidade de comunicação não significa que haja compromisso público, de convivência social. No reino da intimidade as relações privadas se

fortalecem. Na interpretação de Padilha, “a tentativa de fugir da impessoalidade levou à criação de comunidades que, atualmente, possuem um caráter cada vez mais restrito. Levou também as pessoas a relacionarem a felicidade com cenários íntimos, como a família, a casa, os amigos” (PADILHA, 2011, p. 11).

A preocupação sennettiana é defender as relações humanas que promovem o domínio público da vida das pessoas enquanto cidadãos. Do contrário, o fortalecimento da intimidade e da personalidade no privado significa a “perda” do exercício da cidadania no sentido de participar e ser responsável pelas atitudes no domínio público. Nesta prática, a corrosão do caráter predomina, constituindo atitudes do agir conforme a ocasião no lugar privado no qual se sente melhor.

5 A cultura do capitalismo moderno: desafios para a educação

Richard Sennett (2001; 2006; 2010) aponta em suas obras que a cultura do capitalismo moderno voltou-se para o indivíduo, a família e o corpo (séculos XIX e XX), enaltecendo uma sociedade intimista e desacreditando no valor do espaço público. O autor também demonstra como o capitalismo criou dois modelos de racionalidade ao longo do século XX como forma de sua auto-reprodução: uma pautada numa racionalidade militar (ou mesmo taylorista) e uma segunda pautada numa racionalidade flexível (ou mesmo toyotista). O autor mostra como os modelos gerenciais se tornaram as formas de produção não apenas das grandes empresas, como também do próprio Estado, e logo, como se tornaram referência para pensar e organizar o tempo e a vida cotidiana na contemporaneidade (SENNETT, 2006).

No mesmo estilo de Zygmunt Bauman, em sua obra *Modernidade Líquida* (2001), retomando Max Weber, o autor evidencia que o cenário do Estado-Nação, ou mesmo de Bem-Estar-Social, que predominou durante o capitalismo social, durante grande parte do século XX, cedeu lugar ao cenário do capitalismo flexível. A relação capital-trabalho, ou mesmo as contradições sociais durante a primeira parte do século XX (1930-1970) foram enfrentadas pelo modelo de organização do trabalho ao estilo militar, como uma forma de guerra. Uma divisão social do trabalho em que uma pirâmide está bem construída, e que o andar de cima comanda. Uma crença de que a desigualdade deve ser combatida pelo Estado. Ao final do século XX e início do XXI (1970-2018), uma nova compreensão, que critica esta jaula de ferro, ganha corpo no modelo gerencial e transborda de seu lócus administrativo para o político-Estatal (SENNETT, 2006). O enfoque neoliberal na política é uma expressão deste modelo. O desinteresse pela proteção social, bem como pela política e pela esfera pública ganha corpo neste modelo.

O Estado, nesta concepção, deve se comprometer com o crescimento econômico e desregular as relações para que o capital circule livremente. Se o destino da esfera pública nasce comprometido pela noção de um eu privado, como forma subjacente do mundo social moderno, ele é enaltecido, como um eu adaptável (dócil) ao modelo de racionalização da fábrica, na primeira parte do século XX, e a um eu flexível (maleável), ao modelo do capital especulativo, ao final do século XX e início do XXI. A escola e a educação pública, que foram criadas como agentes potenciais na constituição de eus públicos, ao longo da aposta moderna (séculos XVIII-XIX), encontram-se circunstanciadas pelos movimentos culturais que marcam os deslocamentos do capitalismo moderno. Os interesses do capital se sobrepõem aos interesses do Estado-Nação. A palavra da moda se torna flexibilidade, a qual indica o que desejam os mercados: inovação,

mudança, instabilidade, dinâmica (SENNETT, 2010).

Na interpretação de Silva, na obra *A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (2010), Sennett analisa alguns aspectos que são pressupostos da mudança de caráter, tais como “o desprendimento do passado, a busca pelas inovações, as responsabilizações individualizadas, o privilégio da competitividade e a flexibilização dos tempos e rotinas de trabalho” (SILVA, 2015, p. 25). O sujeito que emerge ao final do século XX parece ser “fabricado” no jogo das relações com inovações, com a ética do trabalho, com o flexitempo como trabalhador e uma liberdade aparente. O diagnóstico sennettiano aponta a dificuldade de o sujeito construir uma identidade “autêntica” nesse contexto. Ele busca se adequar, ajustar seu comportamento e seu caráter para fazer algo de bom no seu trabalho, que seja o esperado pela empresa, por exemplo. Em consonância com esse diagnóstico, Sennett interpreta e cita Gadamer:

O eu que somos não se possui a si mesmo; pode dizer que [o eu] acontece, sujeito aos acidentes do tempo e aos fragmentos da história. Assim, a consciência de si do indivíduo, declara Gadamer, é apenas um piscar do circuito fechado de vida histórica. Esse é o problema do caráter no capitalismo moderno. Há história, mas não narrativa partilhada de dificuldade, e, portanto tampouco destino partilhado. Nessas condições, o caráter se corrói; a pergunta: quem precisa de mim? Não tem resposta imediata (SENNETT, 2010, p. 175-176).

A realidade descrita nesse entendimento aponta para as consequências, no meio social, a partir da constituição do eu privado. Na escola, o professor recebe os alunos influenciados por este contexto histórico de políticas que além de fragmentar o conhecimento, fragilizam o caráter dos indivíduos, a consciência de si, de sua historicidade e de sua possível ação responsável nas escolhas e participações no mundo público. Assim, a corrosão do caráter se torna um grande desafio para a escola e a educação de modo geral, pois esta é a realidade que necessita desenvolver a formação do sujeito como cidadão, com um eu capacitado para participar da esfera pública. A interferência da visão privatizada no âmbito da formação do indivíduo e no âmbito da vida social dificulta a formação educativa de um eu público no âmbito da vida escolar. O mundo social educa ao avesso.

A escola como instituição educativa e o professor enquanto autoridade pedagógica possui tal desafio de desencadear um processo de acesso ao conhecimento como forma de reflexividade sobre o mundo herdado. Isto precisa e pode ser feito de forma contextualizada, cuja compreensão constitui o significado do conhecimento do mundo via mediações da sala de aula, dos conteúdos, da pesquisa e dos autores que são estudados. Um conhecimento que constitui o sujeito para além de sua subjetividade e intimidade pessoal. Um sujeito capaz de tomar decisões e se comprometer no espaço público.

Ao contrário de uma preocupação da formação do indivíduo que se constitui como sujeito, inserido na sociedade com sua atuação no mundo público, a prática política do liberalismo e/ou do neoliberalismo na nossa era promove o culto do eu privado, do individualismo e da cultura do consumismo. Tal política conduz para a corrosão do caráter, a fragmentação do conhecimento e a diluição das relações no trabalho, na família, na política, no ensino público e nas relações sociais. É uma forma de vida social que foi gestada pelo capitalismo industrial (XVIII), e posteriormente se modificou no capitalismo flexível (XX), no qual seus interlocutores e defensores visam manter a hegemonia e o controle, investindo na propagação de relações consumistas precárias no âmbito da formação humana integral. Há, portanto, no âmbito da vida social e cultural contemporânea,

uma dimensão orientadora no processo educacional para que seja efetivada a formação do aluno com esse viés produtivo, econômico e consumista da sociedade.

Ao se referir às políticas educacionais do século XXI no Brasil, a nova reestruturação curricular e sua flexibilização como proposta para o Ensino Médio, Silva (2018, p.75), afirma que: “em análise de contexto social e econômico, isto pode significar uma tentativa de colocar a escola mais sintonizada com a questão da economia e de suas necessidades, bem como as projeções dos indivíduos” (SILVA, 2018, p. 75). Nesta perspectiva, Silva entende que precisamos superar “a ideia de formação de um cidadão produtivo, que apenas trabalha, paga impostos e consome (cidadania mínima), para afirmar a ideia de uma cidadania que se projeta como possibilidade de discutir os rumos da sociedade (cidadania ampliada)” (SILVA, 2018, p. 76). Para tanto, é preciso e importante, fortalecer o valor da educação escolar, das áreas de conhecimento, tendo como base assegurada o ensino das humanidades na escola. A formação educacional com base assegurada nas humanidades pode representar o esforço humano e a tarefa de experiências educativas.

Esforços humanos não só a fim de prover sua subsistência, mas também de atribuir à sua existência social e política; um esforço histórico de constituição do humano a partir das diversas linguagens às quais os homens recorrem na busca de compreensão de sua condição de habitante de um mundo que se estende para além de sua existência individual, tanto no passado como no futuro (CARVALHO, 2017, p. 1033).

É uma aposta que se pode fazer no ensino público a partir de políticas educacionais que fomentem e dinamizem tais tarefas no processo educativo. Tarefa capaz de reconhecer e possibilitar a constituição do sujeito da aprendizagem com sua historicidade e singularidade, caráter de ser na pluralidade com diferentes vozes e linguagens, constituindo sujeitos com disposição de participar no mundo público no tempo presente. Abrir horizontes no espaço pedagógico, nas experiências educativas com espírito de participação, de diálogo, de entendimento e de compreensão sobre o mundo comum se torna o desafio. Práticas que talvez desafiem às diferentes áreas do saber escolar como formas de constituição de um conhecimento com compromisso pelo caráter público da educação, o que significa uma maior relação com a solidariedade, com a reflexividade e com a cidadania.

A análise sennettiana oferece elementos para debater tal realidade educacional a partir dos mecanismos da sociedade capitalista contemporânea, que desafia a todos na preocupação de fomentar, a partir disto, uma base de formação humana e educacional das novas gerações como parte da responsabilidade dos adultos, do Estado, da escola e do professor. Este caminho a ser construído no contexto histórico-social das novas gerações passa pelo comprometimento dos professores, da escola, da família e do Estado em prol do ensino público e da formação humanista (em sentido ampliado) da nova geração. Cada instituição tem seu papel distinto e em conjunto no processo de formação do aprendizado através do diálogo, do compromisso e da solidariedade com o outro no espaço público.

6 Considerações finais

Ficam as perguntas: a partir da teoria sennettiana, como pensar os rumos e desafios da educação no contexto do capitalismo contemporâneo? Em que perspectivas a teoria sennettiana pode ser válida para a escola pública, para os educadores e para os educandos? Nossa hipótese

é de que os escritos de Sennett abrem possibilidades para contextualizar a educação em nossa época e traçar estratégias que abrem possibilidades de formação e gestão na educação as quais se vinculam com a democracia e a expansão da esfera pública.

A análise da teoria sennettiana aponta para a preocupação da formação educacional do indivíduo no domínio da vida pública, nas relações de trabalho, da família, da cultura e na sociedade. É uma aposta na educação das novas gerações. O desafio está em fomentar a construção do conhecimento e da identidade do sujeito no contexto do capitalismo contemporâneo para além da esfera instrumental do mercado. Em uma sociedade de consumo altamente voltada para o cultivo do eu privado e de relações objetificadas, cumpre à escola educar para a responsabilidade e para a autonomia, ajudando os sujeitos a se orientarem no mundo, de forma a não se tornarem funcionais ou mesmo sofrerem os efeitos do capitalismo sem mesmo entenderem o mundo que estão vivendo. A escola, enquanto instituição pública pode promover a formação da identidade da geração atual com responsabilidade, criticidade e dinamismo na dimensão humana, cultural e social.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução: Mauro W. Barbosa. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. *Educação em Hannah Arendt: entre o mundo deserto e o amor ao mundo*. São Paulo: Cortez, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca. Os ideais da formação humanista e o sentido da experiência escolar. *Revista Educ. Pesqui.*, São Paulo, v.43, n.4, p.1023-1034, out./dez., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-S1517-9702201610148595.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. Série novo ensino médio. São Paulo: Ática, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

PADILHA, Marcela do Nascimento. O conceito de espaço público como suporte para análise de cidades com patrimônio histórico-arquitetônico protegido. *Revista Geográfica de América Central*. Número especial EGAL, Costa Rica, 2011, p. 1-21. Disponível em: observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal/13/teoriaymetodo/conceptuales/05.pdf. Acesso em: 16 mar. 2018.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro.

São Paulo: Record, 2006.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarrita. 15. ed. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2010.

SILVA, Sidinei Pithan da. Trabalho, educação e cidadania: uma análise da reforma do ensino médio sancionada pela lei 13.415/2017. In: AZEVEDO, José Clovis; REIS, Jonas Tarcísio (Org.). *Políticas educacionais no Brasil pós-golpe*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2018.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. *Sennett & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.